

XXXIX CONGRESSO CONASEMS

DECLARAÇÃO DE PORTO ALEGRE

O Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) reúne-se em Porto Alegre, no XXXIX Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, para reafirmar, diante de gestoras e gestores, trabalhadoras e trabalhadores do SUS, entidades parceiras e sociedade civil, seu compromisso histórico com a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) público, universal, integral e descentralizado. Os municípios brasileiros são, hoje, os entes que mais assumem a responsabilidade direta pelo cuidado em saúde da população, o que reforça a importância de um pacto federativo cada vez mais qualificado nas dimensões financeira, técnica e normativa. É a partir dessa realidade concreta que o CONASEMS posiciona-se neste Congresso.

A regionalização tal como praticada hoje, onde a governança regional é fragmentada, exige a necessidade de fortalecer o poder decisório das Comissões Intergestores Regionais (CIR) e definir com maior clareza as responsabilidades interfederativas. O resultado é sentido por quem atua na gestão da saúde no território: filas, sofrimento das pessoas e desigualdades de acesso que exigem resposta conjunta e prioritária de todos os entes federados. Estamos criando uma enormidade de sistemas de saúde autônomos e não articulados com o SUS.

Diante desse quadro, o CONASEMS defende que a regionalização do SUS seja reconstruída a partir do cotidiano da gestão municipal, com planejamento ascendente, financiamento suficiente e equitativo, e responsabilidades objetivamente pactuadas entre União, estados e municípios. Defende, ainda, que a Atenção Básica (AB) seja resolutiva, coordenadora do cuidado e ordenadora da Rede e que sejam efetivos os critérios de rateio previstos na Lei Complementar nº. 141/2012, com cofinanciamento robusto e qualificação dos instrumentos de planejamento orçamentário dos fundos de saúde, de modo a permitir que cada região organize sua rede de atenção conforme suas próprias necessidades e capacidades.

O CONASEMS também reforça a necessidade de aprimoramento de tecnologias e interoperabilidade entre os sistemas de informação da RAS, de simplificação do quadro normativo que hoje sobrecarrega a gestão municipal, e de mecanismos institucionais permanentes de mediação entre os entes federados, capazes de transformar disputas em cooperação efetiva pelo cuidado integral da população.

É preciso mudar.

Defendemos que a regionalização passe por um processo de simplificação, sustentada na qualificação do planejamento ascendente e com apoio institucional.



Defendemos articulação entre serviços e trabalhadores de linhas de cuidado e redes, com uma comunicação transparente, pertinente e ágil. Que se forme recursos humanos qualificados e voltados para as necessidades do SUS.

Defendemos que a regionalização de fato seja organizada como política de estado, considerando a rotatividade dos gestores e muitas das vezes com decisões unilaterais que comprometem a garantia do cuidado contínuo e integral do cidadão e que seja imune às oscilações e matizes político-partidários dos governos de turno.

Defendemos que os gestores exerçam a colaboração entre as demais esferas de governo, buscando a cooperação entre os entes, superando as disputas por serviços, elegendo o cuidado integral como a única imagem-objetivo a ser construída.

Defendemos a unificação da leitura regional para a consolidação de uma RAS única e articulada, que considere as demandas reais do território com planos de investimentos compartilhados e respeito à capacidade governativa dos entes participantes.

Defendemos que as emendas impositivas das três esferas de governo sejam alocadas além dos percentuais mínimos constitucionais da Saúde para que os gestores possam cumprir a Lei Complementar n°. 141/2012.

Este Congresso reafirma que os municípios não abrem mão dos princípios constitucionais do SUS nem da descentralização como pilares inegociáveis da política de saúde brasileira.

O CONASEMS convoca o Gestor Federal e os Gestores Estaduais para a construção conjunta e tripartite dessas soluções, com responsabilidades e prazos objetivamente pactuados entre os três entes federativos, e convida todas as entidades e lideranças presentes a acompanhar, de forma permanente, a efetivação desses compromissos.

Viva a Constituição!

Viva o SUS!

Assinam

Secretários e Secretárias Municipais de Saúde do Brasil

